



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RJ

TÍTULO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DO DEPÓSITO DE BENS APREENDIDOS, DE ÁREAS ADJACENTES E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR/PF/RJ

ANEXO VI - PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DO FATOR K E TRDE

RIO DE JANEIRO / RJ
(VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2020)

DISCRIMINAÇÃO

k1	Encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista (sem desoneração)	73,18%
k2	Administração central da empresa (overhead)	20,00%
k3	Remuneração bruta da empresa	10,00%
k4	Fator relativo aos tributos incidentes sobre o preço de venda $K4 = [1/(1-l)] - 1$	11,61%

IMPOSTOS (I)

01	ISS (Observar o Percentual da Localidade) ¹ - sem Desoneração	3,00%
02	PIS ²	1,32%
03	COFINS ³	6,08%

Onde:

$$K = (1+k1+k2)*(1+k3)*(1+k4)$$

$$TRDE = (1+k3)*(1+k4)$$

$$PV = CD_{sal} * K + CD_{outros} * TRDE$$

Fator K	2,37
TRDE - TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS	1,23

A presente estimativa baseou-se na metodologia "Formação de preço com base nos quantitativos e custos unitários dos insumos utilizados", contemplado no Manual de "ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS" (TCU, 2014).

Notas :

1. A alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1º Lei Complementar nº 116/2003. Ressalta-se, que conforme o art. 8º desta Lei Complementar a alíquota máxima admitida é de 5%. Além disso, registra-se, ainda, que deve-se verificar a legislação municipal, se esta possibilita a redução da base de cálculo deste tributo, pois conforme o § 2º inciso I, art. 7º desta mesma Lei Complementar, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, excluindo-se o valor dos materiais.
2. A alíquota máxima do PIS é de 1,65%, conforme Art. 2 da Lei nº 10.637/2002.
3. A alíquota máxima do COFINS é de 7,6%, conforme Art. 12 da Lei nº 10.833/2003.
4. Entretanto, conforme orientação do TCU, deve-se adotar um percentual de compensação de 20% resultando em uma alíquota efetiva de PIS de 1,32% (1,65% x 0,8) e de Cofins de 6,08% (7,60% x 0,8).

RICARDO BRAGA VIEIRA
Engenheiro Sênior - GTED/SR/PF/RJ